

COMENTÁRIOS SOBRE O ARTIGO *O PARANÁ NA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XVII* DE LICCARDO A., SOBANSKI II, A. & CHODUR, N. L. [BOLETIM PARANAENSE DE GEOCIÊNCIAS 54:41-49]

**COMMENT ON LICCARDO A., SOBANSKI II, A. AND CHODUR, N. L.,
PARANA'S MEANING IN THE XVIITH CENTURY BRAZILIAN MINING HISTORY
[BOLETIM PARANAENSE DE GEOCIÊNCIAS 54:41-49]**

Jefferson de Lima Picanço¹

É com muito interesse que acompanhamos a publicação do artigo de Liccardo et al. (2004), intitulado *O Paraná na História da Mineração no Brasil do século XVII*. A inclusão no Boletim Paranaense de Geociências de artigos que tratem de temas históricos e metodológicos sobre as Geociências é um fato importante, e que enriquece o Boletim com as novas abordagens que estes temas provocam. No entanto, o texto dos referidos autores possui alguns problemas, que gostaríamos de discutir criticamente neste espaço.

O artigo de Liccardo et al. (2004) discute o papel da mineração na ocupação e colonização do território que hoje corresponde ao Estado do Paraná. Inicialmente, o texto apresenta a história da mineração no Paraná (itens *Introdução* e *O Ciclo do Ouro no Paraná*), e baseia sua abordagem numa linha histórica que inclui Vieira dos Santos, Ermelino de Leão, David Carneiro e Reinhard Maack. Para estes historiadores, as descobertas auríferas no atual estado do Paraná são as primeiras deste tipo realizadas no Brasil, por volta de 1570-78 (a este respeito ver, por exemplo, Leão 1926; Maack 1968).

Esta tese, entretanto, tem pouco fundamento. Para historiadores como Francisco Negrão e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, as lavras auríferas em território paranaense começam pouco antes de 1640, sendo a fundação de Paranaguá - em 1646 - sua imediata consequência (Negrão 1920; Buarque de Holanda, 1960). Esta linha se baseia, sobretudo, em fontes documentais primárias. Por exemplo, o primeiro documento conhecido que se refere às minas de Paranaguá é de 1622 (Maffei & Nogueira 1966). A documentação primária sobre as minas de Paranaguá é mais abundante no período 1640-1680, quando de fato se tornam mais importantes que as minas ao redor de São Paulo (Leão 1926; Maack 1968; Maffei & Nogueira 1966). Cabe a pergunta: se em Paranaguá é que se tirou o primeiro ouro do Brasil, por volta de 1570, por que não se possui nenhum documento comprobatório? Os historiadores que defendem esta tese apresentam somente fontes documentais secundárias, ou não citam fonte alguma (por exemplo, Leão 1926). Maack (1968), por outro lado, para provar a tese da mineração no século XVI, cita a presença de portugueses na Baía de Paranaguá já em

¹ Departamento de Geologia – Universidade Federal do Paraná - Brasil <e-mail: jeffpicanco@ufpr.br>

1550, conforme o relato de Hans Staden. Contudo, a mera presença de europeus na região não indica necessariamente a prática de mineração. Esta, se realmente existiu nesta época, era de fato sem importância, visto que não atraiu qualquer atenção das autoridades, sempre tão ciosas do pagamento dos quintos.

O item *O Ciclo do Ouro no Paraná*, a seguir, não define claramente este ciclo, nem quanto tempo durou (já que é um ciclo!) ou mesmo qual foi o contexto histórico em que se processou. Além disso, na pagina 43, há a afirmação, sem citação de fontes, de que a mineração e a metalurgia de outros metais eram proibidas no Brasil colonial. Esta proibição, por alvará real, valeu somente para manufaturas, e data de 1785 (Gomes, 1983). Segundo o sempre atento Frei Vicente do Salvador (1627), o motivo da falta de pesquisa e produção de outros metais e/ou insumos minerais era econômico: "Também há [no Brasil] minas de cobre, ferro e salitre, mas se [os portugueses] pouco trabalham pelas feras de ouro e pedras preciosas, muito menos fazem por estoutras" (p. 63). O texto de Liccardo et al. (2004), neste item, contém ainda dois erros factuais. É em São Paulo – e não em Paranaguá, como afirmam os autores – que foi promulgada em 1603 a primeira Legislação Mineral da colônia (Paes Leme, 1772). Da mesma forma, os períodos de permanência do governador geral D. Francisco de Sousa em São Paulo (não existem registros de ter estado em Paranaguá!) foram respectivamente, os anos de 1599-1603 e 1609-1611. A permanência (e a morte) de D. Francisco em São Paulo foram comentados por seu contemporâneo, Frei Vicente do Salvador, cuja História do Brasil foi concluída em 1625, e não em 1583, como consta no texto, na página 45.

As consequências da mineração são discutidas nos itens *Aspectos Sócio-Econômicos* e nas *Considerações Finais*. Segundo os autores, a mineração teve um duplo papel no caso paranaense, tanto na indução dos assentamentos coloniais na região quanto na geração de conhecimentos e recursos humanos que atua-

ram na descoberta das lavras mineiras, goianas e matogrossenses.

A povoação do litoral e do planalto curitibano, entretanto, é diferente da apresentada pelos autores. A exploração do território paranaense não é feita exclusivamente no sentido litoral-planalto, mas sim de forma concomitante, tanto pelo litoral quanto pelo planalto (Maack, 1968). As vilas de Paranaguá e Curitiba são as únicas diretamente relacionadas com a mineração de ouro, e fundadas praticamente na mesma época. Com exceção de pequenas localidades (como é o caso de Bateias e Ouro Fino), as demais cidades e vilas citadas no texto e na sua figura 1 não têm ligação direta com atividades de mineração, talvez com a exceção da vila de Tibagi, surgida no século XIX a partir de descobertas de ouro e diamantes na segunda metade do século XVIII (Chodur et al., 1999).

Outro aspecto importante levantado pelos autores é a geração de conhecimentos e recursos humanos para a mineração. São Vicente (hoje Paraná e São Paulo) indubitavelmente preparou Minas Gerais em recursos humanos e métodos de exploração, mas este tema passa praticamente despercebido no texto, restrito a poucas citações. Neste ponto, os autores passaram ao largo do texto de Antonil (1711), o qual descreve minuciosamente os métodos de lavra em Minas Gerais. Observe-se que, apesar de se referir às lavras Mineiras, o texto é do final do século XVII, onde estão descritos os métodos usados (e desenvolvidos!) pelos seus descobridores vicentinos.

Por fim, cabe destacar que o texto de Liccardo et al. (2004), apesar das incorreções e das omissões apontadas, representa uma boa contribuição para a discussão da mineração no Brasil Colônia. Longe de mero exercício acadêmico, o conhecimento histórico da mineração representa uma necessária reflexão sobre estas práticas antigas e um resgate da história desta época pelas atuais gerações de geocientistas.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL A.J. 1711. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, publicado 1982.
- BUARQUE DE HOLANDA S. 1960. Mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: BUARQUE DE HOLANDA S. (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. I, v. II, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 228-258.
- CHODUR N.L; PICANÇO J.L.; SOBANSKI II A; SOBANSKI NA. 1999. Os diamantes do Rio Tibagi (PR) e sua importância econômica na exploração do território. In: Simp. Sul-Brasileiro de geologia, 7, Foz do Iguaçu, *Caderno de Resumos*, 43.
- FREI VICENTE DO SALVADOR. 1627. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, publicado 1982.
- GOMES F.M. (1983) *História da Siderurgia no Brasil*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1983, 412 p.
- LEÃO E. 1926. verbete: Minas de Paranaguá. In: LEÃO, E. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Paraná*. Tomo VII, 1322-1348.

- LICCARDO A; SOBANSKI A.; CHODUR N.L. 2004. O Paraná na história da Mineração no Brasil do século XVII. *Boletim Paranaense de Geociências*, 54:41-49.
- MAACK R. 1968. Contribuição à história das explorações geográficas e geológicas do estado do Paraná. In: MAACK, R. *Geografia Física do Paraná*. Curitiba: BADEP, UFPR, 450 p.
- MAFFEI L.A.; NOGUEIRA A.R. 1966. O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. *Bol. Inst. Hist. SP*, 20:7-135.
- NEGRÃO F. 1920. *As Minas de ouro da Capitania de Paranaguá (1640-1649)*. Paranaguá, O Itiberê, 56 p.
- PAES LEME PT.A. 1772. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Edusp-Itatiaia, 29-240, publicado 1980.